ALIENAÇÃO E PARTICIPAÇÃO*

JOSÉ DA COSTA DANTAS**

1. Introdução; 2. Quantificação e abstração; 3. Alienação; 4. A alienação em Karl Marx; 5. O homem em busca de sua totalidade; 6. Participação; 7. O planejamento participativo.

De uma maneira bastante original, o autor analisa o processo global de alienação em suas diversas manifestações: o trabalho alienado; a alienação pelo consumo; a alienação das forças sociais; rotinização e alienação; democracia e alienação. Considerando a participação uma necessidade fundamental do ser humano, o autor dedica-se também, em contrapartida, à análise desse fenômeno nos seus mais variáveis aspectos (formas, níveis, condicionamentos e fatores condicionantes), apresentando o fenômeno da marginalidade como forma de fazer o leitor compreender a realidade profunda da participação. Finalizando, José da Costa Dantas aborda a questão do planejamento participativo, considerando que ele só poderá ser implementado integralmente após intenso projeto de educação e valorização de *todo* ser humano, tarefa que o autor delega, numa demonstração de otimismo, ao bom senso das gerações futuras.

1. *Introdução*

Situemo-nos na Idade Média. Podemos imaginar uma cidade característica da época: Roma, Veneza, Nápoles, Lisboa, Paris ou Marselha, tanto faz. As ruas são estreitas e a suntuosidade de algumas moradias contrasta sordidamente com a desgraça que se apercebe nos casebres adjacentes. Frades, romeiros, penitentes, artesãos, comerciantes, combatentes e escravos entrecruzam-se numa caminhada lenta, sossegada: o tempo ainda não é uma mercadoria de alto preço. Aqui e acolá as pessoas afastam-se para deixar passar a caleche dum senhor feudal do Castelo de Qualquer Coisa.

Nas praças e nos becos fazem-se pequenos negócios; trocam-se produtos e mercadejam-se outros; murmuram-se amores e, quem sabe, rompem-se promessas de fidelidade. O artesão, no meio da algazarra, lá vai fazendo seus contratos pessoais, por medida e a gosto do cliente. De repente, os sinos das igrejas (e muitas são) tocam as ave-marias. Todos, sem exceção, "se descobrem", recolhem-se na sua intimidade, esforçam-se por mostrar uma expressão de arrependimento e meditação.

* Trabalho realizado em julho de 1986, para a disciplina de Estudos de problemas brasileiros, ministrada pelas Prof.as Ana Maria Bernardes Goffi Marquesini, Deborah Moraes Zouain e Rossi Augusta Alves Corrêa, no Curso de Mestrado em Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getulio Vargas.

** Diretor Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, Portugal. (Endereço do autor: Rua Cor. Albino Rodrigues, 64 — 2.º Dt.º — 4.700 — Braga — Portugal.)

Deixemos, agora, nossos antepassados medievais permanecerem nesse estado de intimidade e abramos os olhos para o que se passa à nossa volta (não teríamos coragem de obrigar alguém de 1300 a viver cinco minutos em 1986). Criticamente. Com olhos de quem quer ver, ouvidos de quem quer ouvir e uma inteligência reflexiva.

Mais um pouco de esforço e chegaremos à conclusão de que as paisagens dantescas não diferem muito da realidade de nossos dias.

Não desista. Continue observando e refletindo. É muito doloroso de fato. Angústia, desamparo e desespero são os adjetivos encontrados por Sartre[1] para qualificar o estado de espírito do homem deste fim de século. Camus[2] preferiu ver esse mesmo homem como um "estrangeiro", habitando uma terra em que os ratos transportam a doença, a peste. E não vale a pena fugir, nem gritar, nem esbravejar, nem invocar a divindade. A noite está escura como breu; quanto mais você se movimentar mais atrairá os ratos que transportam a peste.

Imobilize-se. Quantifique-se. Abstraia-se. Pode ser que aí encontre a solução, ou talvez não, quem sabe... Melhor ainda: feche os olhos, sorria para dentro e faça de conta que o mundo em que vive é diferente. Isso mesmo: faça de conta.

Não vamos neste trabalho fazer um estudo comparativo, claro está, entre o homem da Idade Média e o homem contemporâneo. Com esta parte introdutória pretendemos tão-somente mostrar, impressionisticamente, que grandes transformações se operaram no *modus vivendi* do homem em meia dúzia de séculos. Não vamos, também, estabelecer escalas de valores e afirmar que o homem, hoje, é mais ou menos feliz, mais um menos "humanizado" do que ontem.

Há, porém, um fato que parece irrefutável: a criatura humana vive consumindo-se ingloriamente, alheando-se de si e daquele mundo bem concreto que a rodeia; projeta-se para alcançar torres de marfim intangíveis; imagina-se um Dom Quixote qualquer combatendo moinhos que podem não ser de vento. E um dia, coitada, finda-se e é-lhe atribuído um simples número num campo santo. Depois pode ser que mereça flores nos seis meses seguintes. Mas o esquecimento logo virá e a existência daquele que tanto lutou, sofreu, correu, será "negada".

O homem do século XX vive enfermo. Trata-se duma enfermidade coletiva que tem raízes profundas, seculares até, que devem ser urgentemente extirpadas para o reabilitar.

Será que no *binômio alienação x participação* estará a capacidade dum estudo eficaz que nos leve a descobrir causas e possíveis soluções?

2. *Quantificação e abstração*

Usando as palavras de Erich Fromm, diríamos que "na análise que se segue escolhi o conceito de *alienação* como ponto central a partir do qual realizarei a análise do *caráter social contemporâneo*. Uma das razões para essa minha escolha está no fato desse conceito me parecer tocar o nível mais profundo da personalidade; outra razão é ser mais apropriado quando interessa ao investi-

[1] Sartre, Jean Paul. *O existencialismo é um humanismo*. 2. ed. Lisboa, Presença, 1964.
[2] Camus, Albert. *A peste*. Lisboa, Livros do Brasil, 1966.

gador a interação entre a estrutura sócio-econômica e a estrutura do caráter do indivíduo médio".[3]

E nada melhor para introduzir o tema proposto — a alienação — do que refletir um pouco sobre o processo de quantificação e abstração a que o homem moderno está sujeito.

Se pensarmos num artesão medieval podemos constatar que ele tinha uma relação muito peculiar com a vida e com as coisas. Exercia sua atividade num mundo bem concreto, restrito e qualitativo. Suas encomendas eram produzidas sob medida: sua arte e engenho e o gosto do cliente entrecruzavam-se e geravam um todo com dignidade e maestria, digno de sua assinatura. Havia uma identidade entre o produtor, o produto e o consumidor.

Hoje em dia, porém, deu-se um salto enorme nesse relacionamento. A transformação do concreto em abstrato desenvolveu-se até limites anteriormente impensáveis. O homem de negócios, por exemplo, trata com milhões de negócios, milhares ou milhões de possíveis clientes, milhares de acionistas e milhares de trabalhadores. A máquina imaginada pelo homem estendeu suas garras a todos os cantos e implantou seu reinado. Eu e você fazemos parte dessa máquina, monstruosa é verdade, que nos vai triturando impiedosamente, generalizando com prazer, abstratizando por necessidade.

Se entrarmos numa grande fábrica, atentarmos para a linha de montagem e analisarmos o comportamento dos homens que ali trabalham poderemos constatar que a divisão extrema do trabalho levou a que o operário não esteja, em momento algum, em contato com o produto completo. Ele foi reduzido a uma parte das suas capacidades para realizar uma parte bem pequena duma totalidade que lhe é estranha. Seremos, até, levados a pensar que essa especialização está fazendo com que o homem apenas realize tarefas mecânicas para as quais ainda não se inventaram máquinas ou, então, que estas resultariam mais caras que o produto humano.

Pode-se argumentar que sem esse processo de quantificação e abstração seria impossível realizar a moderna produção em massa e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria de vida de milhões de pessoas. Ou seja: haveria que se enfrentar o problema com realismo e concordar que é uma condição *sine qua non* para o progresso. Independentemente de ser ou não correta tal premissa na sua globalidade, parece-nos que o importante é ressaltar que essa massificação (ao fim e ao cabo *concretizada* na quantificação e abstração) transcendeu, foi para além do campo da produção econômica e invadiu a esfera do social, a atitude do homem para com as coisas e até consigo.

"Na cultura ocidental contemporânea esta polaridade (perceber um objeto em sua singularidade e, ao mesmo tempo, em sua generalidade, em sua plena constituição material e, ao mesmo tempo, em sua abstração) abriu caminho a uma referência quase exclusiva às qualidades abstratas das coisas e das pessoas, e ao esquecimento da nossa relação com a sua constituição material e singularidade. Em vez de formar conceitos abstratos quando é necessário, e útil, tudo, inclusive nós mesmos, está sendo estratificado; a realidade concreta das coisas e das pessoas, que podemos relacionar com a realidade da nossa própria pessoa, está sendo substituída por abstrações, por fantasmas que encarnam quantidades diferentes, mas não qualidades diferentes."[4]

[3] Fromm, Erich. *Psicanálise da sociedade contemporânea.* Rio de Janeiro, Zahar, 1961. p. 116.
[4] Id. ibid. p. 119.

Vivemos hoje entre cifras e abstrações, computadores e projeções; o homem já não se constrói no seu dia-a-dia pela sua dialética existencial: ele é manejado por mãos invisíveis, projetado como um objeto se tratasse. A ciência, os negócios, o desporto, a política perderam todos os fundamentos e proporções que humanamente faziam sentido.

"Em uma sociedade primitiva, o 'mundo' se identifica com a tribo. A tribo está no centro do universo, por assim dizer; tudo o que fica no exterior é sombrio e não tem existência independente. O mundo medieval era muito mais extenso: compreendia este globo, o céu e as estrelas que estão acima dele; porém se acreditava que a terra era o centro, e que o homem era a finalidade da criação. Todas as coisas tinham o seu lugar fixo, assim como todo o indivíduo tinha sua situação fixa na sociedade feudal. Nos séculos XV e XVI abriram-se novas perspectivas. A Terra perdeu sua posição central e se converteu em um dos satélites do Sol. Descobriram-se (...). Não obstante, até finais do século XIX a natureza e a sociedade não haviam perdido seu caráter concreto e sua precisão, ainda tinham contornos definidos. Porém, com o progresso do pensamento científico, com as descobertas técnicas e com a dissolução de todos os traços tradicionais, está em processo de perder-se esse estado concreto e preciso... Já não estamos no centro do universo, já não somos a finalidade da criação, já não somos os senhores dum mundo manejável e reconhecível: somos uma partícula de pó, um nada, em algum lugar do espaço, sem nenhum tipo de relação concreta com coisa alguma.

(...)

O homem foi arrancado de toda a posição definida de onde possa dominar e manejar sua vida e a vida da sociedade. É arrasado cada vez mais velozmente por forças que foram originariamente criadas por ele. Nesse torvelinho desenfreado, ele pensa, calcula, trabalha com abstrações cada vez mais afastadas da sua vida concreta."[5]

3. *Alienação*

A visão do processo de abstração e quantificação conduz-nos à questão central dos efeitos da sociedade em que vivemos sobre a personalidade: *o fenômeno da alienação*.

É interessante verificar que o sentido antigo em que se usava a palavra *alienação* era diferente e servia para designar uma pessoa psiquicamente desequilibrada, perturbada, insana: em francês tínhamos *aliené*; em espanhol e português, *alienado*.

Entretanto, a palavra sofreu uma profunda evolução. Hegel, Feuerbach e Marx,[6] no século XIX, usaram-na significando não um estado de desiquilíbrio psicológico profundo, mas uma forma menos pronunciada de auto-alienação que permite às pessoas ter uma práxis quase normal, mas que constitui um dos defeitos mais graves entre os socialmente modelados. Ou seja: diz-se que o homem está alienado quando seus próprios atos se convertem, para ele, em uma força estranha, situada acima e contra ele, em vez de governada por ele.

Embora muita gente atribua o moderno conceito de alienação a Marx, a verdade é que o mesmo não é de sua autoria. Ele o recebeu de Hegel e Feuerbach.[7]

[5] Id. ibid. p. 124-5.
[6] Garaudy, Roger. *Karl Marx*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.
[7] Id. ibid.

É inegável, porém, que foi Marx quem mais trabalhou o conceito sob uma nova perspectiva e que vem fazendo escola até os dias de hoje. Talvez por isso mesmo as definições do conceito de alienação encontradas em autores diversos sejam muito semelhantes.

Para Juvenal Arduini, por exemplo, "alienar-se significa tornar-se 'outro'. É a cisão fundamental do homem. Pela alienação o homem torna-se estranho a si mesmo, fecha-se, separa-se do seu próprio ser. Torna-se *outro* com relação à sua identidade. Desapropria-se. Já não coincide mais com seu ser e, em vez de conciliação, temos dissociação. Pela alienação, o homem não realiza a sua identidade, mas projeta-se num mundo ilusório e abstrato que acaba sendo um substituto daquilo que deveria ser em si mesmo. A alienação obriga o homem a entregar a sua realidade e a criar entidades falsas fora de si, como uma espécie de compensação. O homem alienado não se encontra, mas encontra formas ou produtos que lhe tomaram o lugar e lhe mostram agressividade".[8]

Já para Erich Fromm, numa visão psicanalítica profunda, a alienação é "um modo de experiência em que a pessoa se sente como um estranho. Poder-se-ia dizer que a pessoa se aliena de si mesma. Não se sente como centro do seu mundo, como criadora de seus próprios atos, tendo sido os seus atos e as conseqüências desses atos transformados em seus senhores, aos quais obedece e aos quais até adora. A pessoa alienada não tem contato consigo mesma e também não o tem com nenhuma outra pessoa. Percebe a si e aos demais como são percebidas as coisas: com os sentidos e com o senso comum, mas, ao mesmo tempo, sem relacionar-se produtivamente consigo mesmo e com o mundo exterior".[9]

Leôncio Basbaum tem uma visão mais sociológica quando afirma que a "alienação é, antes de tudo, uma forma de relação entre os homens e, ao mesmo tempo, entre os homens e determinados objetos ou coisas que lhes são exteriores. Essa forma de relação não é *natural*. Ela surge em determinado momento, no processo de desenvolvimento histórico das sociedades humanas. Embora esse desenvolvimento seja criação e exteriorização dele próprio, o homem é profundamente afetado pelo processo: aliena-se".[10]

Em várias de suas obras Erich Fromm tenta ir mais fundo na análise do fenômeno processual da alienação e faz uma curiosa incursão pelo mundo da *idolatria*. acabando por afirmar que entenderemos melhor aquela se compreendermos as raízes desta.

Assim, afirma, o fenômeno da alienação é praticamente coexistente com a vida do homem inteligente, e chega mesmo a dizer explicitamente que "o comum de todos esses fenômenos — adoração de ídolos, culto idolátrico de Deus, amor idolátrico a uma pessoa, adoração de um chefe político ou do Estado e culto idolátrico às exteriorizações de paixões irracionais — é o processo de alienação. O fato é que o homem não se sente a si mesmo como portador ativo de seus poderes e riquezas, mas como uma coisa empobrecida que depende de poderes exteriores a ele e nos quais projetou sua substância vital".[11]

[8] Arduini, Juvenal. *O marxismo*. Rio de Janeiro, Agir, 1965. p. 38.
[9] Fromm, Erich. op. cit. p. 125.
[10] Erich Fromm trata desse tema, de forma mais ou menos dispersa, em outros livros além da obra que tem sido mencionada. Pela sua importância e atualidade, citam-se os seguintes, todos da Zahar. Rio de Janeiro e com várias edições: *Análise do homem; A revolução da esperança; Ter ou ser?*
[11] Fromm, Erich. op. cit. p. 128.

Diríamos que essa atração idolátrica se foi propagando ao longo dos séculos — aumentando muitas vezes de intensidade e conteúdo e chegou até os nossos dias bem atuante e visível. Claro está que ela sofreu modificações, passou por deformações várias e, essencialmente, submeteu-se a todo um processo de purificação e cristalização no cadinho da racionalidade. E mais: ela deixou de atuar tão-somente no plano do religioso e do sagrado, para se estender ao plano do laico e do profano.

A "invasão" foi e é praticamente total: impregna as relações do homem com seu trabalho, seus semelhantes, as coisas que ele consome, o Estado e consigo mesmo. Desorientado, o homem não se sente como criador dos mecanismos que se movem à sua volta; não se visualiza como senhor de si próprio e como centro de suas atividades; lamenta-se por todo este estado de coisas mas adapta-se com relativa facilidade ao *status quo* vigente. Aqui e acolá, porém, como que se lembra de sua dignidade, simula um movimento de reajuste e identidade, esbraceja, tenta remover obstáculos, solidariza-se mas, geralmente, acaba por se ver obrigado a dar um forte grito de desprezo perante sua incapacidade de operar uma mudança qualitativa.

Sísifo,[12] mais hoje do que ontem, está bem presente na vida de cada um e de todos, mostrando o absurdo da existência humana: cada qual vai carregando seu pedregulho até o cimo da montanha, por castigo, e num vaivém diário que a nada conduz.

Para se entender melhor o processo global de alienação, é conveniente subdividi-lo em partes para se poder constatar mais de perto sua vitalidade.

3.1 O trabalho alienado

Este processo de alienação se realiza por dois modos fundamentais: "em primeiro lugar ele assume uma forma aparentemente ativa: o homem *tem* de trabalhar. O trabalho é assim a principal e fundamental forma de alienação. *O homem se aliena*. Em segundo lugar ele assume uma forma passiva: ele, o homem, é *educado* para aceitar o trabalho como forma natural da existência social e não como uma forma alienante histórica, circunstancial: o homem é alienado".[13]

Para marxistas e marxólogos todo este processo de alienação encerra em si o problema fundamental do *ser, ser em si* e *ser para si,* pois faz do homem um *ser-para-outro*.

Este fenômeno teria surgido no processo histórico a partir do momento em que foi institucionalizada a propriedade privada, o que significa essencialmente que o homem, envolvido no processo de produção, que lhe é exterior, passa a integrar-se nele e a fazer parte dele. Conseqüentemente, só a subversão do processo de produção poderá libertá-lo.

Fácil se torna concluir que o trabalho e a educação aparecem como fatores essenciais de alienacão: o homem, por definição e por natureza, livre e consciente, passa a ser *uma coisa que trabalha e aceita o trabalho* para subsistir. Na realidade, ele se desumaniza.

Imaginemos Robinson Crusoé numa das suas agradáveis aventuras, numa ilha deserta, com seu amigo Sexta-Feira. Atiçado pelo instinto de sobrevivência, ele

[12] Camus, A. *O mito de Sísifo.* Lisboa, Livros do Brasil, 1967.
[13] Basbaum, Leôncio. *Alienação e humanismo.* São Paulo, Edições Símbolo, 1977. p. 18.

constrói abrigos para se proteger das condições climáticas, móveis para fins diversos, utensílios, roupas, etc. Será que esta sua atividade poderá ser considerada como "trabalho alienado"? Diríamos que não. E isto porque ele produziu para si, e não para um mercado: não alienando o produto não se aliena. Por muitas coisas que construísse ele não chegaria a ficar mais rico, no sentido capitalista: os seus produtos, embora tivessem *valor de uso*, não tinham *valor de troca*, já que não havia alguém com quem mercadejar.[14]

Assim, o trabalho começa a adquirir uma forma alienante quando produz valor de troca. Esse valor de troca pressupõe a existência de terceiros, com os quais o homem troca aquilo que produziu em excesso ou mesmo de que não necessita de modo algum, mas que os terceiros — o *outro* — necessitam. Já não faz apenas o que quer, mas o que o *outro quer*.

Essa é, porém, uma forma primitiva de trabalho em uma economia pouco evoluída, mas na qual já se procedeu a um começo de divisão do trabalho. É ainda uma simples economia de troca, mas na qual os produtos do trabalho já começam a assumir a forma de *mercadoria*. Num estágio mais avançado, o que o homem produz não mais lhe pertence, ou lhe pertence só em parte. O produto do seu trabalho pertence a *outro*, que lhe dá em troca alguns bens de subsistência para que se mantenha vivo até o dia seguinte (escravidão, servidão) ou um *salário* que o trabalhador transforma em bens de subsistência, para si e para a família.[15]

Como vemos, em todo este processo o homem vai-se transformando numa *mercadoria* que possui um determinado valor para outro. Ou seja: ele, o homem, passa a ter uma necessidade expressa de se entregar, de depender, de se vender a outro para que possa garantir sua sobrevivência.

Mais grave ainda se torna este processo alienante do trabalho se analisarmos agora a problemática da *mecanização*. "Com o advento da máquina, o trabalho torna-se duplamente alienante: à máquina e ao dono da máquina (...). O homem se torna, a partir desse momento, um apêndice da máquina, parte dela, como um parafuso ou uma engrenagem. Não é o homem que produz, é a máquina. O homem limita-se a fazê-la funcionar... A máquina moderna dispensa a inteligência e a consciência humana e o anula como homem. Este se torna uma peça da engrenagem cada vez mais insignificante."[16]

Em outras palavras: o homem *coisifica-se*, anula-se. Não mais é aquilo que essencialmente o caracteriza: um ser com capacidade para pensar, agir, tomar decisões.

3.2 A alienação pelo consumo

Não temos dúvida em afirmar que o *processo de consumo* é quase tão alienado e alienante quanto o de produção. Repare que o próprio *método de aquisição* já é alienado: adquirimos objetos com dinheiro, estamos habituados e achamos isso a coisa mais natural do mundo. Mas, repare, esse dinheiro já está como que "maculado", impregnado pela alienação: ele representa trabalho e esforço em uma forma abstrata.

[14] Id. ibid.
[15] Id. ibid. p. 23.
[16] Id. ibid. p. 25.

Muito mais importante é o fato de que compramos muitas coisas não com intenção de usá-las, mas para *tê-las*. E mesmo quando as adquirimos com o fim de usá-las, isto não significa que as mesmas deixem de expressar um forte desejo de notoriedade: os automóveis, a geladeira, a televisão, etc. destinam-se realmente ao uso, mas também à ostentação; dão categoria e *status* ao proprietário.

Se entrássemos no campo da publicidade e de suas influências alienantes no consumo, teríamos, então, material para um longo compêndio. Com tudo isto pretendemos afirmar que "o ato de consumo deveria ser um ato humano concreto, do qual participassem nossos sentidos, nossas necessidades orgânicas, nosso gosto estético, isto é, em que nós participássemos como seres humanos concretos, sensíveis, sentimentais e inteligentes; o ato de consumo deveria ser uma experiência significativa, humana, produtiva. Em nossa cultura há pouco disso. Consumir é essencialmente satisfazer as fantasias artificialmente estimuladas, o desempenho de uma fantasia alheia ao nosso ser real e concreto".[17]

Tudo isto levou a uma inversão total na vida do homem: o consumo perdeu toda a relação com suas necessidades reais. Já não mais pensamos em consumir mais e melhor de modo que nos seja garantida uma vida mais feliz e gratificante. O consumo era um meio para um fim: a felicidade; agora está transformado num fim em si mesmo.

E esta ânsia de consumismo espalhou-se mesmo para as nossas atividades de lazer. Aqui também o homem continua sendo um "consumidor" conforme os gostos alheios. Ele *não participa ativamente* dessas atividades.

3.3 A alienação das forças sociais

É interessante verificar a passividade com que o cidadão comum (que todos nós somos) encara seu dia-a-dia no que concerne à vivência social.

Somos governados por leis que não controlamos; *nós* somos os produtores da estrutura econômica e social em que nos movemos e, paradoxalmente, ao mesmo tempo, declinamos, com uma consciência mais ou menos tranqüila (adormecida?), de toda a responsabilidade, confiando naquilo que o "futuro" nos possa trazer.

As forças da alienação vão-se estendendo e alargando todo o universo humano. Alienação não existe só no trabalho, como já mostramos. Está também presente no consumo e vai formando um labirinto em que o homem se encontra perdido. Tudo isto visa "despersonalizar o homem, tornando-o instrumento *do outro*. Nesse processo o homem não somente se despersonaliza mas se desumaniza, isto é, perde suas características humanas de ser livre e consciente. Seu raciocínio não é mais um raciocínio lógico, puro, mas condicionado por uma série de conceitos *a priori, irracionais,* que, como as viseiras de um burro, obrigam-no a olhar numa só direção".[18]

Tornado um objeto, o homem entrega seu destino a *outro*. Afasta-se da política — no seu sentido amplo — e dos problemas sociais. Ele deve, até, ignorá-los. Em suma; lá vai filosofando com seus botões: "Não sou eu quem vai reformar o mundo, quem vai trazer a justiça à humanidade, etc. O melhor, então,"

[17] Fromm, Erich. op. cit.
[18] Basbaum, Leôncio. op. cit. p. 45.

justifica-se, "é eu levar a minha vida pacatamente, divertir-me na medida do possível, esperar pelo carnaval para operar uma catarse coletiva. Lá nas cadeiras do poder sempre haverá alguém interessado em ganhar notoriedade ou a vida eterna e que, obviamente, tratará de resolver meus problemas e aqueles da comunidade em que estou inserido."

Se pararmos um momento no lufa-lufa de nossa vida cotidiana e nos interrogarmos, por exemplo, sobre qual a nossa relação, qual a relação do homem moderno com os seus semelhantes, que tipo de resposta obteremos? Que reciprocidade existe?

Seria forçoso concluir que essa relação se efetua entre duas abstrações, entre duas máquinas vivas que se usam reciprocamente; impera o distanciamento e a indiferença e, não raras vezes, uma boa dose de desconfiança em relação à mistura.

Toda esta vivência faz com que o homem se situe na sociedade em que está inserido como um *átomo:* esses átomos mantêm-se juntos por interesses egoístas e pela necessidade intrínseca de se manipularem reciprocamente. Sentimentos de solidariedade e amor profundo são cada vez mais raros.

Já que falamos da relação do homem com a sociedade em que está inserido, deveremos agora analisar a relação do homem consigo mesmo. Será que também vive dissociado internamente? Será que em cada ser humano existem dois, três ou mais entes que vão atuando de formas diversas, conforme as circunstâncias? Até que ponto vai o pedaço de esquizofrenia que todos possuímos?

Em *Análise do homem*[19] Erich Fromm afirma que o ser humano usa uma "orientação mercantil" para se relacionar consigo. Ou seja: o homem se sente como uma coisa qualquer a ser empregada com maior ou menor êxito no mercado. Não se sente — como deveria — um ente em vias de totalização, que se vai constituindo pelos seus atos, como algo que está condenado[20] a ser livre porque pode definir e decidir seu rumo. Ele procura adaptar-se da melhor maneira — mesmo enganando-se — para que esteja em conformidade com a maioria.

Esta alienação de sua existência leva o homem a colocar-se no mercado com uma determinada cotação que não advém de sua qualidade e atividade de ser vivo e pensante, mas do seu papel sócio-econômico.

"Se perguntares a um homem 'quem és?', ele responderá: 'sou um fabricante', 'sou um empregado', 'sou um médico', ou 'sou um homem casado', 'sou o pai de dois filhos', e sua resposta tem um sentido muito parecido ao da resposta da coisa que *fala*. Esse é o modo como se sente a si mesmo, diferente de um homem com amor, medo, convicções, dúvidas, mas como uma abstração, alienada da sua natureza real que desempenha certa função no sistema social."[21]

Muitas conclusões e deduções se poderiam tirar da situação de uma personalidade alienada e que se coloca à venda. Pretendemos, no entanto, somente chamar a atenção para uma das possíveis: o homem perde grande parte do sentimento de dignidade que, felizmente, podia ser observado na maioria de seus antepassados, dignidade essa que não é mais do que a afirmação do eu único e irreproduzível.

19 Fromm. Erich. Análise do homem. Rio de Janeiro. Zahar, 1960.
20 Sartre, Jean Paul. op. cit.
21 Fromm. Erich. Psicanálise da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar, Editores, 1961. p. 145.

3.4 Rotinização e alienação

O homem sempre teve necessidade de fabricar seus ídolos e, conseqüentemente, submeter-se a todo um ritual para aplacar a ira daqueles ou implorar sua proteção.

O homem moderno não escapou a essa tendência com remanescências antropóides e lá vai vivendo e sobrevivendo no meio de mitos e rituais.

Hoje apregoa-se o *geral*, o *universal*, a *linha de montagem* de coisas ou sentimentos. Tudo é padronizado e sistematizado. Já se procuram, até, esposas e maridos pelo computador. As *convenções* tornam-se lei e o homem rotiniza-se. Depois de entrar nessa engrenagem, dificilmente sai. A *conformidade* designa hábitos e costumes, maneiras de vestir e falar, etc., ou seja: como fazer o que todos fazem. Em conseqüência, o homem o pensa: "Devo adaptar-me, não ser diferente, não sobressair. E quando eventualmente me modificar, devo fazê-lo de acordo com as modificações do tipo padrão. Oportunamente alguém me há de ordenar essa mudança e, então, com maior ou menor resistência ou relutância, eu mudarei. Já não mais interessa se está certo ou errado mas, isso sim, se sou ou não diferente do grupo a que pertenço ou da maioria."

3.5 Democracia e alienação

Neste ponto talvez seja lícito perguntar se não estamos sendo pessimistas demais, se não estamos carregando abusivamente nas tintas.

Julgamos que não. É natural que nos sintamos incomodados, porque pensar sempre é doloroso e, eventualmente, chegamos a conclusões que, embora verossímeis, não agradam.

Tudo isto serve para colocar-nos de sobreaviso em relação ao que se segue. Não é uma tentativa de negação da democracia; trata-se, pelo contrário, do exercício de uma reflexão crítica sobre a essência da mesma, tendo em vista revitalizá-la, reforçá-la e colocá-la em seu devido lugar.

Se o homem se encontra numa situação existencial alienada e alienante, não será difícil extrapolar que a democracia moderna é uma expressão alienada.

Como todos sabem, o conceito de democracia tem a sua sustentação na idéia de que não é um dirigente ou um pequeno grupo de pessoas, mas o povo em geral, quem determina seu próprio destino e decide sobre questões de interesse comum.

A pergunta que aqui colocamos é a seguinte: como podem os homens expressar *sua* vontade e querer, se não têm nem vontade nem convicção próprias, se são um bando de autômatos alienados e movidos por cordeizinhos e mãos invisíveis?

Caso a pergunta anterior mereça uma resposta negativa — e pensamos que outra não poderá ser dada — teremos de concordar que sob essas circunstâncias o sufrágio universal se torna um fetiche. Se não for convincente o argumento anteriormente mencionado, repare no funcionamento da chamada máquia política num país democrático. Não difere essencialmente do procedimento que se segue no mundo das mercadorias: os partidos políticos não são muito diferentes

de empresas comerciais e os políticos profissionais usam as mesmas técnicas para vender seus artigos a um público sempre desejoso de consumir cada vez mais.

4. *A alienação em Karl Marx*

Seria quase um crime falar de alienação sem se referir especificamente ao que pensava Marx sobre o assunto.

Por motivos de obediência a uma prévia esquematização do trabalho e de economicidade, não iremos fazer grandes análises sobre o assunto, o que, aliás, nem seria difícil.

Vários autores[22] que consultamos apresentam tipologias de alienação de Marx que, sendo semelhante, apresentam certas particularidades. Por nos parecer apropriada e ser de um autor com grande conhecimento sobre o assunto, exporemos somente a tipologia de Nogare,[23] sem sobre a mesma fazer juízos de valor. Assim:

a) *alienação religiosa* — cronologicamente foi a primeira alienação que Marx denunciou e, talvez por isso mesmo, tivesse ficado tão conhecida. Essa repugnância pela religião foi influência dos pensamentos de Feuerbach e aparece já em sua tese de doutorado. Segundo esta visão, o único deus do homem é o próprio homem e, assim, torna-se necessário e urgente destruir a religião para que o homem se recupere, resgatando sua dignidade e liberdade;

b) *alienação ideológica* — os homens, em lugar de servirem-se da ideologia para alcançar sua liberdade, prostituem-se com ela, sendo exemplo disso todos os fanatismos.

c) *alienação política* — os homens formam grupos e sociedades e, em particular, criam o Estado, para que seus direitos e bens sejam garantidos e promovidos. Muitas vezes estes grupos, criados pelos homens, assumem existência autônoma e se revoltam contra o homem, privando-o e, até mesmo, mutilando-o em seus direitos e bens. Isto aconteceu sobretudo com o Estado, que, para Marx, não passa de um instrumento da classe política dominante para conservar seu poder sobre as outras classes da sociedade;

d) *alienação econômica* — é a base e a determinante de todas as outras alienações e se fundamenta na propriedade privada dos meios de produção.

5. *O homem em busca de sua totalidade*

Embora realístico e correto — pelo menos assim é o pensamento — o relato anterior não ficaria completo se não quiséssemos ver e ouvir algumas forças latentes e não-alienadas que se encontram no homem e na sociedade.

É claro que o homem como que se reflete num espelho enorme que é a cultura em que está inserido. Assim sendo, a idéia que o homem tem de si mesmo é produto dessa cultura e varia conforme o estágio de organização e civilização que

[22] Entre outros, podemos indicar: Perroux, François. *Aliénation et société industrielle.* Paris, Gallimard, 1970; Calvez, Jean Yves. *O pensamento de Karl Marx.* Porto, Livraria Torres Martins, 1962: Arduini, Juvenal. *O marxismo.* Rio de Janeiro, Agir, 1965: Garaudy, Roger. *Karl Marx.* Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

[23] Nogare, Pedro Dalle. *Humanismos e anti-humanismos,* 9. ed. Petrópolis, Vozes, 1985.

atingiu, com a especificidade do meio natural e social, com as idéias do seu grupo, a educação a que se submeteu, etc.

Neste contexto ele vai tentar encontrar um ponto ótimo de equilíbrio entre aquilo que possui como características especificamente individuais e os paradigmas sociais próprios de seu tempo. Ele procura, por outras palavras, encontrar sua *totalidade*.

"O homem total deve ser consciente de sua totalização, ou de sua tendência totalizante, de sua integração em uma sociedade da qual participa como homem com-sua-consciência. Do contrário se alienará à sociedade, ao grupo, de que fará parte apenas como objeto e não como sujeito. Essa totalidade significa a existência de um projeto comum entre o homem e o seu meio, seu mundo."[24] Resumindo, e usando os conceitos de Basbaum, poderíamos afirmar que o homem se totaliza em um processo de vários graus de complexidade. Ele é um todo:

a) orgânico, anátomo-fisiológico;

b) de corpo e espírito, pensamento e consciência;

c) com o mundo natural;

d) com o mundo histórico, natural e humano;

e) com o meio social em que vive; com os *outros* (para os quais ele é *outro)* que fazem parte do seu ser total;

f) com seu futuro, pelo qual se orienta e dirige, de certo modo, sua ação;

g) com a sociedade e o Estado, na medida em que existe, como ser político que é;

h) com sua consciência do mundo, com o mundo que sua consciência abrange, e é tanto mais totalizado quanto mais ampla sua consciência e o mundo que ela abrange.

Claro está que este processo de totalização nunca será completo, da mesma maneira que a alienação dificilmente será absoluta. Um caminho único, é necessário dizê-lo, nos poderá conduzir a um processo coletivo de totalização: um enorme esforço de reeducação que a todos abranja.

Obviamente, esse esforço de reeducação e conscientização não será em nada parecido com uma *massificação* que, em vez de orientar as consciências, as conduziria a uma alienação coletiva. Esta seria precisamente o contrário daquilo que se pretende: facilitar aos homens a formação de uma consciência crítica e reflexiva, ou seja, permitir que eles sejam efetivamente livres na medida em que pensem por si próprios e aceitem as idéias dos outros quando lhes pareçam "claras e distintas".[25] Pretende-se, em suma, que o *homem assuma a plenitude do seu ser*.

6. *Participação*

Há certas palavras e conceitos que se esvaziam ou se enchem de significado conforme os momentos históricos que se vive. A palavra e o conceito de parti-

[24] Basbaum, Leôncio. *Alienação e humanismo.* São Paulo, Edições Símbolo, 1977. p. 65.
[25] Descartes. René. *Discours de la méthode.* Paris, Edit. Joseph Gibert, 1943.

cipação estão nesse grupo: "lema e tópico central em programas e doutrinas reformistas generalizadas a partir dos anos 60, quando se pensou em contrapor à massificação, à centralização burocrática e aos monopólios de poder o princípio democrático segundo o qual todos os que são atingidos por medidas sociais e políticas devem participar do processo decisório, qualquer que seja o modelo político ou econômico adotado".[26]

Nos países em desenvolvimento, o conceito tem sido apontado quase como uma miragem e solução impregnada de poderes mágicos nos campos político, econômico e social.

A participação política, sob a forma de cidadania plena e direito de voto, e sua extensão a todas as camadas e grupos da população eclodiram na Revolução Francesa e foram-se concretizando, mais ou menos diferentemente, ao longo do tempo. A exigência de participação econômica está bem patente na nossa vida cotidiana: basta abrir os jornais ou ligar a televisão para sermos inundados com informações de vários movimentos de origem sindical, visando dar ao trabalhador maior participação nos lucros e no processo decisório da empresa. O mesmo se pode dizer e afirmar, em relação à participação social.[27]

É interessante verificar que nos dias que correm a participação é 'desejada' tanto pelos detentores do poder (e note-se que "participar" é adquirir poder) quanto por aqueles que se situam nas chamadas classes médias e operárias. Qual será a razão desta convergência de desejos e opiniões? Será que os homens resolveram dar-se as mãos, viver fraternalmente e compartilhar seus destinos?

Não vamos cair na inocência de afirmar que assim seja. Julgamos que a profecia que previa a convivência do lobo com o cordeiro ainda não está para ser realizada. Essa aparente concordância de interesse tem-se manifestado não em razão de uma mudança profunda de atitude dos interessados, mas porque há um "reconhecimento da necessidade política da participação, no sentido de que as estratégias altamente centralizadas têm fracassado na mobilização dos recursos econômicos e no desenvolvimento da iniciatva própria para tomar decisões a nível local. A participação popular e a descentralização das decisões mostram-se como caminhos mais adequados para enfrentar os problemas graves e complexos dos países em desenvolvimento".[28]

Julgamos, porém, que todo esse processo participativo tem uma *raiz instintóide*,[29] ou seja, a participação é uma necessidade fundamental do ser humano, do mesmo modo como o são a comida, o sono e a saúde. Será através da participação que o homem irá conseguir e adquirir motivos de afeto, estima e auto-realização. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, como a interação com os demais seres humanos, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas e, ainda, sua valorização pelos outros. Assim, temos de ver a

[26] Cf. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, FGV/MEC-Fundação de Assistência ao Estudante, 1986.

[27] Sem pretendermos entrar em grandes pormenores, basta lembrar o fenômeno "fiscal do Sarney", em relação ao qual seria interessante, até, um estudo sociológico profundo que mostrasse como foi possível e as razões que levaram a tudo isso. Obviamente, não será aqui o lugar indicado para tratar disso.

[28] Bordenave, Juan E. Díaz. *O que é a participação*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

[29] Frick, W. *Psicologia humanista: entrevista com Maslow, Murphy e Rogers*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

participação como inerente à natureza social do homem e diríamos até que ela é coetânea à existência do homem: ela sempre esteve presente na tribo e no clã, conserva-se por formas diversas ao longo do processo histórico (mais ou menos favorecida), podendo ser encontrada hoje nas associações, empresas e partidos políticos por exemplo.

Uma conclusão lícita, neste momento, é que se a participação é inerente à natureza social do homem, ela só desenvolverá a plenitude do seu potencial em uma sociedade que permita e fomente a participação de todos.

6.1 A participação política

Há certas palavras que nos causam calafrios, nos transportam para todo um mundo de conotações. Algumas, até, só podem ou devem ser pronunciadas por certos "sacerdotes" ou "oráculos" habituados a determinados rituais. *Política* é uma dessas palavras. Etimologicamente, na língua grega, a *polis* nada mais era do que a cidade, o lugar onde as pessoas viviam juntas.[30]

Aristóteles[31] afirma que o homem é um animal político porque tem necessariamente de viver com outros homens. Ninguém consegue viver sozinho. Todos precisam da companhia uns dos outros. Deste modo, a *política* se refere à vida na *polis*, isto é, à vida comunitária, às regras de convivência e organização, aos objetivos e interesses da comunidade e às decisões que a todos afetam ou interessam.

"Partindo desses elementos alguns estudiosos do assunto concluíram que tratar de política é cuidar das decisões sobre interesses da coletividade, e por isso definiram política como arte e ciência do governo. Consideram que é arte porque comporta e exige muitas invenções e uma sensibilidade especial para conhecer os seres humanos, suas necessidades, suas preferências, seus caprichos, suas virtudes, visando encontrar o modo mais conveniente de conseguir a concordância de muitos e promover o bem comum. E concluíram que é ciência porque hoje há várias ciências que estudam os comportamentos humanos e assim se torna possível estabelecer cientificamente algumas regras sobre a vida humana em sociedade e sobre como os seres humanos deverão reagir em cada situação. Outros entenderam que a tomada de decisões sobre assuntos de interesse comum é sempre ato de poder e, a partir daí, preferiram definir política como 'estudo do poder'."[32]

Pessoalmente, preferimos dar à política uma significação mais ampla, como que a reabitá-la para seu sentido etimológico, e, como Dallari, defini-la como "a conjugação das ações dos indivíduos e grupos humanos dirigidos a um fim comum".[33]

Como dissemos antes, é inerente à natureza humana a necessidade de uma vida social, de convivência com os seus semelhantes. Essa necessidade de viver em sociedade traz, porém, em seu bojo, problemas muito sérios, pois as questões de cada um devem ser equacionadas sem esquecer ou menosprezar os inte-

[30] Repare-se que esse étimo se encontra em vários nomes de cidades: *Petrópolis* (cidade de Pedro), *Teresópolis* (cidade de Teresa), *Florianópolis* (cidade de Floriano).
[31] Mondolfo, R. *O homem na cultura antiga.* São Paulo, Mestre Jou, 1966.
[32] Dallari, Dalmo de Abreu. *O que é participação política.* São Paulo, Brasiliense, 1983.
[33] Id. ibid. p. 10.

resses dos outros elementos constituintes da sociedade. A partir daí, a defesa de interesses e os conflitos é inevitável. No intuito de resolver todos os problemas que apareciam nesse contexto, o homem desde cedo se organizou, instituiu formas diversas de governo público e entidades capazes de decidir tendo em vista os interesses da maioria e de julgar sobre eventuais arbitrariedades que fossem cometidas.

6.2 O direito e o dever da participação política

"Todos os indivíduos têm o dever de participar da vida social, procurando exercer influência sobre as decisões de interesse comum. Esse dever tem, sobretudo, dois fundamentos: em primeiro lugar, a vida social, necessidade básica dos seres humanos, é uma constante troca de bens e serviços, não havendo uma só pessoa que não receba alguma coisa de outras; em segundo lugar, se muitos ficarem em atitude passiva, deixando as decisões para outros, um pequeno grupo, mais atuante ou mais audacioso, acabará dominando, sem resistência e limitações."[34]

É claro que há sempre indivíduos que se vêem impotentes para desenvolver qualquer participação política (não nos esqueçamos do que foi escrito sobre a alienação) ou se recusam a tal invocando dificuldades várias.

Antes de mais nada, note-se que mesmo quando alguém pensa que não está participando ou decidindo, tal não acontece. Ele *participa passivamente*, uma vez que seu silêncio ou abstenção é interpretado desta ou daquela maneira pelos intervenientes ativos.

A verdade, porém, é que todos podem exercer alguma influência política, desde que tomem consciência de que são seres humanos iguais aos outros e não devem se conformar com as injustiças e arbitrariedades.

E mais: participação política não é só, nem fundamentalmente, cumprir de quando em quando o ato cívico de votar, de escolher um representante eleitoral que eventualmente nem se conhece nem se sabe aquilo a que se propõe; há outras formas de participação que, como veremos, são muito mais eficazes e produtivas.

Existe hoje, inclusive, o reconhecimento generalizado de que o tradicional processo eleitoral, embora sendo muito útil e representativo de uma alteração profunda na mentalidade de governantes e governados de hoje em relação àqueles de alguns séculos passados, não pode ser de tal maneira endeusado que nos leve a esquecer algumas eventuais disfunções que acarreta. É que além de nada nos garantir que o eleito vai efetivamente defender os interesses do *povo eleitor*, não podemos esquecer que todo o processo eleitoral é fortemente influenciado pelo poder econômico e pelas respectivas forças políticas dominantes.

Por estes motivos e outros que poderiam ser enunciados (efeitos alienantes da comunicação de massas, caciquismo, fanatismos diversos, influências religiosas, etc.), temos de concordar que o processo de eleição numa democracia representativa, embora constituindo um significativo avanço qualitativo, está longe de ser uma garantia de que o povo escolhe *livremente* seus representantes e governa por meio deles.

[34] Id. ibid. p. 32.

Há, não temos dúvida, que se avançar em todo este processo e garantir que a todos seja possível exercer uma efetiva participação política. E, para que tal aconteça, a primeira modificação a ser efetuada terá de ser nas consciências: o indivíduo conscientizado não mais ficará indiferente àquilo que se passa à sua volta e não desanimará facilmente perante os primeiros obstáculos com que se deparar. A partir daqui a "participação é um compromisso de vida, exigida como um direito e procurada como uma necessidade".[35]

Assim, e a nível estritamente individual, cada cidadão poderá participar, das formas diversas e mais apropriadas às circunstâncias ou à sua maneira de ser: falando, escrevendo, denunciando, cobrando responsabilidades, discutindo, encorajando os menos afoitos e conscientizados. Todos os momentos e lugares poderão servir para exercer esse direito e dever: a fábrica, a escola, as reuniões de amigos, o clube, etc.

A participação coletiva aparece pela integração da pessoa como indivíduo em qualquer grupo social. Esta reunião de esforços vai permitir uma força que é bem maior do que aquela resultante da simples soma de seus componentes. Será, também, tanto mais eficiente quanto melhor organizada.

Não podemos esquecer que muitas vezes grandes idéias morrem pelo caminho porque não havia uma organização estrutural de base que suportasse certos contratempos ou a fadiga ou desistência de certos elementos.

Dallari é desta opinião quando afirma que "a participação política mais eficiente é a organizada, aquela que se desenvolve a partir duma definição de objetivos e que procura tirar o máximo proveito dos recursos disponíveis em cada momento, assegurando a continuidade das ações".[36]

6.3 Participação *versus* marginalização

Talvez se torne mais fácil e convincente entender a profunda realidade da participação se compreendermos o seu oposto, a não-participação, ou seja, o *fenômeno da marginalidade.*

É notório e evidente que *marginalidade* significa o que está de fora de alguma coisa, às margens de um processo sem nele intervir. Não se deve confundir com "ser marginal" no sentido pejorativo do termo.

A participação, por sua vez, vem da palavra *parte* e como tal significa "fazer parte, tomar parte ou ter parte. Mas é tudo a mesma coisa ou há diferenças no significado destas expressões? (...) É possível fazer parte sem tomar parte e a segunda expressão representa um nível mais intenso de participação. Eis a diferença entre participação *passiva* e participação *ativa*, a distância entre o cidadão inerte e o cidadão engajado".[37]

Mas, mesmo dentro da participação ativa, ou seja, entre as pessoas que "tomam parte", há e são observadas diferenças significativas na qualidade de sua participação. Umas *sentem-se parte* da organização, consideram *ter parte* nela e lhe dedicam sua lealdade, exercendo com responsabilidade e congruência suas atribuições.

[35] Id. ibid.
[36] Id. ibid. p. 48-9.
[37] Bordenave, Juan E. Díaz. *O que é a participação.* São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 22.

Outras, pelo contrário, embora eventualmente muito ativas e atuantes, não professam uma lealdade comprometida com a organização e facilmente a abandonam para aderirem a uma outra. "A prova de fogo de participação não é o quanto se toma parte mas como se toma parte."[38]

Discorrendo sobre seu *locus*, poderíamos falar, segundo Bordenave,[39] de participação nos grupos:

a) *primários*, como a família e grupos de amizade ou de vizinhança;

b) *secundários*, como as associações profissionais, sindicais e empresariais;

c) *terciários*, onde se incluem os partidos políticos e grupos de classe.

Tal subdivisão nos possibilita enquadrar essas atividades em dois grandes planos: *os processos de micro e macroparticipação*. A microparticipação poderia ser definida como a "associação voluntária de duas ou mais pessoas numa atividade comum na qual elas não pretendem unicamente tirar benefícios pessoais e imediatos",[40] enquanto a macroparticipação, ou seja, a participação social, compreenderia todos os tipos de intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade e a história dos homens. Se quiséssemos usar outra linguagem diríamos que é o processo mediante o qual os diversos indivíduos e camadas sociais tomam parte na produção, gestão e usufruto dos bens de uma sociedade concreta e determinada.

Conseqüentemente, chegaríamos a uma sociedade participativa quando todos os cidadãos tomassem parte ativa, consciente e eqüitativa nessa tríade de produção, gerência e usufruto dos bens de uma sociedade.

Assim, será lógico e permitido afirmar que falar de participação política sem que a mesma preveja e inclua uma correspondente participação econômico-social é demagogia entorpecedora, é colocar o homem à margem de algo extraordinariamente importante no seu dia-a-dia.

6.4 Formas, níveis e condicionamentos da participação

"Desde o começo da humanidade, os homens tiveram uma participação *de fato* quer no seio da família nuclear, quer nas tarefas de subsistência (caça, pesca, agricultura), no culto religioso, na recreação e na defesa contra os inimigos. O primeiro tipo de participação é, então, a *participação de fato*.

"Um segundo tipo seria a *participação espontânea*, aquela que leva os homens a formarem grupos de vizinhos, de amigos, 'panelinhas' e *gangs*, isto é, grupos fluidos, sem organização estável ou propósitos claros e definidos a não ser os de satisfazer necessidades psicológicas de pertencer, receber e dar afeto."[41]

Assim, a participação pode ser:

a) *imposta*, quando o indivíduo é obrigado a fazer parte de grupos e realizar determinadas atividades consideradas indispensáveis (disciplina escolar, missa dominical, votar nas eleições, etc.);

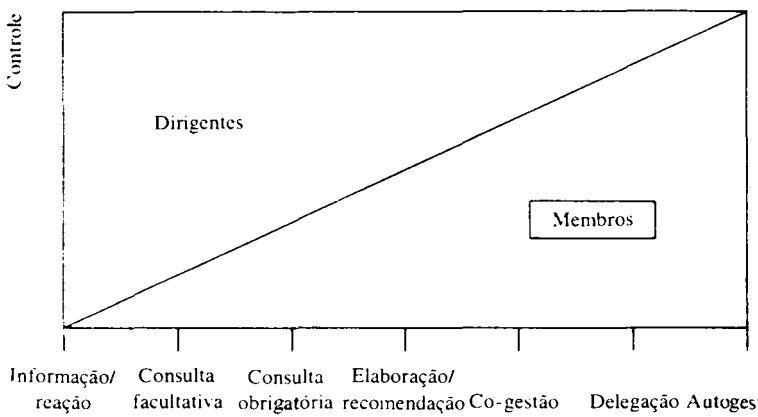
[38] Id. ibid. p. 23.
[39] Id. ibid.
[40] Id. ibid.
[41] Id. ibid. p. 27.

b) *voluntária,* quando o grupo é criado pelos próprios participantes, os quais definem o seu funcionamento, objetivos, metas e métodos de ação (sindicatos, cooperativas, etc.);

c) concedida, quando a mesma faz parte do poder ou da influência exercida pelos subordinados e é considerada legítima por eles e seus superiores; neste tipo de participação pode ser enquadrado o planejamento participativo, do qual falaremos oportunamente.

No que se refere aos graus (níveis) de participação dos indivíduos nas atividades grupais, organizacionais ou institucionais, Bordenave[42] adotou um esquema (figura 1) usando uma escala entre um ponto mínimo e um máximo.

Figura 1



Poderão existir os seguintes níveis de participação, do mais alto para o mais baixo:

1. formulação da doutrina e da política das instituições;
2. determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias;
3. elaboração de planos, programas e projetos;
4. alocação de recursos e administração de operações;
5. execução das ações;
6. avaliação dos resultados.

6.5 Fatores condicionantes da participação

Pode-se colocar uma pergunta neste momento: se é verdade que a participação constitui uma necessidade básica do indivíduo, se ela tem uma natureza instintiva, conforme foi anteriormente observado, como se compreende que tão-so-

[42] Id. ibid. p. 36.

mente um reduzido número de pessoas participe real e plenamente nas decisões de nossa sociedade? Será que as pessoas abdicam tão facilmente da sua natureza ou haverá outros fatores condicionantes?

Antes de mais nada, convém salientar que não podemos esquecer que o homem vive como que numa alienação coletiva que o leva a alhear-se das coisas circundantes, de seus semelhantes e de si próprio.

Em segundo lugar, há que se ter consciência de que fatores diversos condicionam, facilitam ou dificultam o aparecimento, em sua plenitude, dessa tendência instintiva.

Entre os fatores condicionantes, podem ser indicados:

a) *as qualidades pessoais e modos de comportamento* — existem pessoas que, além de possuírem um temperamento menos gregário, receberam toda uma educação castradora nas suas implicações de convivência social;

b) *a educação* — sendo esta uma forte arma na modelagem da personalidade e sempre um instrumento nas mãos das classes dominantes, não é de se admirar que a mesma encoraje (de uma forma alienante, é verdade) a não-participação;

c) *a natureza do problema* — dificilmente um cidadão comum se vê inclinado a participar de determinados problemas, já que os mesmos lhe aparecem como ininteligíveis e, ainda por cima, supervalorizados com toda uma linguagem ritualística e nebulosa;

d) *a estrutura social* — a participação não pode ser igualitária e democrática quando a estrutura de poder concentra as decisões numa elite minoritária;

e) *o ambiente interno do grupo ou da instituição* — tudo será distinto conforme a participação seja ou não efetivamente incentivada.

Em um macronível, coloca-se, ainda, o problema do Estado e seu eventual papel como fator condicionante da participação. Neste campo, existem duas grandes filosofias em relação ao assunto.

A primeira, ligada à prática capitalista, tem subjacentes dois argumentos. O primeiro afirma que a desigualdade natural ou social entre os homens justifica arranjos sociais elitistas, isto é, toma como legítimo que o desejo de um determinado estado social, por parte da elite, se sobreponha ao valor de igual direito de expressão, por parte das massas, sobre o Estado. O outro argumento aponta para o caráter necessariamente oligárquico das atribuições representativas. Por natureza, ou como resultado do próprio artifício humano, houve e haverá sempre uma elite que domina e uma grande massa que é dominada.[43]

O segundo enfoque é o marxista, no qual se afirma que as massas, numa sociedade capitalista, estão "naturalmente" alienadas, sendo mistificadoras algumas de suas formas de participação.

Isabel de Souza, numa tentativa de viabilizar a participação do cidadão no aparelho do Estado, assume uma posição interessante: "Para que o Estado e a participação política possam coexistir, é necessário então que a interferência se dê de uma maneira muito específica: jamais como quem define e distribui diretamente benefícios, mas como gerenciador ou administrador. Torna-se, por-

[43] Souza, Isabel Ribeiro de Oliveira. Reflexões sobre a participação política. In: Soares, R. Pratas et alii. *Estado, participação e democracia.* São Paulo, CNPq, 1985.

tanto, necessário delimitar as áreas em que o Estado deve suplantar a participação e, nesses casos, esta área será substituída pelo controle."[44]

7. *O planejamento participativo*

Já falamos dos diversos níveis em que se pode dar a participação. No contexto dessa problemática, hoje em dia fala-se muito em *planejamento participativo*. Mas o que vem a ser tal planejamento? Será possível concretizá-lo? Será a solução para alguns dos problemas que nos afligem?

Antes de mais nada, talvez convenha distinguir o significado de *participativo* nos dois momentos fundamentais do planejamento: a elaboração e a implementação.

"No primeiro, o caráter participativo é visto como um objetivo geral dos planos no sentido de torná-los efetivos como instrumentos redistributivos para as populações de baixa renda (...). No segundo momento, o da implementação (...), o objetivo da participação transparece na tentativa de inclusão de 'representantes' da população beneficiária no interior do processo executivo do plano, através da criação de canais institucionalizados."[45]

Convém ainda chamar a atenção para o fato de que o planejamento participativo não deve ser visto como a panacéia miraculosa contra todas as mazelas da desigualdade e do subdesenvolvimento. Além do mais, "o planejamento participativo tem, inescapavelmente, caráter local, enquanto esses males têm raiz estrutural. Por outra parte, mesmo que se logre assegurar a participação das comunidades envolvidas, há óbices, na gestão organizacional do plano em moldes participativos, que convém não subestimar — organizações precisam ser domadas e interesses aplainados, para que não se repitam as desventuras que tanto têm marcado o planejamento, especialmente o de feição abrangente".[46]

Mas, afinal de contas, que vem a ser o planejamento participativo?

Tanto quanto permitem deduzir as poucas experiências até agora levadas a cabo, bem como a teoria existente sobre o assunto, podemos dizer que o planejamento participativo significa pôr em contato direto os representantes das comunidades envolvidas em determinado plano com os dos organismos públicos, tendo em vista uma decisão concertada.

Concretamente, para Francisco W. Ferreira "o processo de planejamento é o processo de tomada de decisão. Planejamento não é ação. É a tomada de decisão sobre a ação, constando de três tipos fundamentais de decisão: a decisão sobre os objetivos da ação; a decisão sobre a estratégia da ação; a decisão sobre a organização da ação".[47]

Este tipo de participação — muito mais profundo, abrangente e que parte da premissa de que o povo é efetivamente capaz de saber o que quer — tem muito

[44] Id. ibid. p. 73.
[45] Prestes, Antonio P. & Andrade, Luiz A. G. Notas sobre o planejamento participativo: o caso de Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, *19*(2):140, abr./jun. 1985.
[46] Id. ibid. p. 150.
[47] Ferreira, Francisco Whitaker. Planejamento participativo: possível ou necessário? *Revista de Educação AEC*, Brasília, (54), 1984.

pouco ou nada a ver com o fato de que o povo se instrumentaliza, não raras vezes, em mutirão.

"Na verdade, pretender participação no planejamento é enfrentar diretamente a questão do poder. Se o poder é exercido numa perspectiva de dominação, a participação não é, evidentemente, uma proposta tranqüila. Ela é vista de modos inteiramente diferentes segundo se trate de participação na execução, nos resultados ou nas decisões. Participação na execução é o que a dominação espera e necessita. Se não houver executores, nenhuma decisão se concretiza.

Já nos resultados, a dominação tem que limitar a participação. Os lucros nunca são infinitos, assim como os benefícios do trabalho coletivo nunca conseguem satisfazer a todos. Toda a redistribuição ou partilha reduz a parte de cada um. E se poder é concentração de recursos, e na competição ganha quem tiver concentrado mais, permitir a participação nos resultados é virar o poder pelo avesso."[48]

Desta forma, o planejamento participativo encerra em si uma aparente contradição: enquanto o planejamento é uma técnica desenvolvida para servir às necessidades daqueles que têm o poder de decisão, a participação vai exigir uma redistribuição desse poder.

Assim, temos que concordar que o uso do planejamento participativo numa estrutura de autoritarismo, dominação ou outra forma qualquer de usurpação do poder terá de ser visto, sempre, como um engodo, uma ilusão passageira.

"No planejamento participativo a grande separação não se dá entre quem dicide e quem executa, mas entre recursos materiais e recursos humanos (...) Os recursos humanos são considerados sujeitos da ação. Por isso participam das decisões que a ordenam e organizam. Isto implica tratar também, diferentemente, os próprios recursos materiais, uma vez que eles serão mobilizados por sujeitos capazes de decidir e redecidir sobre o seu uso, e não por meros executores manipuláveis ou reprimíveis. Em última análise, o planejamento participativo deixa de ser uma metodologia de definição de objetivos, escolha de estratégias e organização da ação, para se transformar numa metodologia de tomada coletiva e co-responsável de decisões sobre objetivos, estratégias e organização de uma ação que será assumida por todos. Nessa perspectiva, desaparece a figura do planejador tradicional, que tudo sabe, conhece e comanda para, em seu lugar, surgir a figura do coordenador — articulador de um processo coletivo de intervenção na realidade."[49]

Assim, esta maneira de ver o processo de planejamento "não corresponde ao simples encadeamento da montagem de planos, seu acompanhamento e avaliação, mas à articulação e organização de ocasiões e instâncias diversas de encontros, discussões, assembléias, revisões coletivas. A ação é prevista, assumida, realizada, avaliada e modificada mais ao longo de seu próprio desenrolar do que antes de seu início, como ocorre com o método não participativo. Não havendo separação entre quem decide e quem executa, ninguém decide sobre o que outros farão, e sim cada um decide sobre o que ele próprio fará".[50]

É claro que não podemos ser românticos. Assim, temos de concluir que, para se chegar a este plano de convivência e co-responsabilidade social, será necessário realizar todo um imenso projeto de reeducação e de revalorização de

[48] Id. ibid. p. 5.
[49] Id. ibid. p. 7.
[50] Id. ibid. p. 8.

todo o ser humano. Aí, então, poderemos pensar num ser humano consciente e engajado em seu mundo social e, conseqüentemente, num proceso de fuga à alienação.

Confiemos no bom senso das gerações futuras.

Summary

In this study and through a rather original perspective, the author analyzes the entire process of alienation in its various forms: alienated work; alienation through consumism; alienation of the social forces; routinization and alienation; democracy and alienation.

Contrariwise, by considering participation as a fundamental need of the human being, the author also examines its different aspects (forms, levels, conditionings and conditioning factors) and presents the phenomenon of marginality as a means of putting the profound reality of participation in terms of the reader's understanding.

The author concludes by discussing participative planning. He considers that it can only be completely implemented after an intensive project including the reeducation and prizing of the human being as a *whole*. Demonstrating his optimistic nature, the author ascribes this task to the common sense of future generations.

